

BAKUNIN FAZIA POLÍTICA?

Éric Vilain (René Berthier)¹

O anarquismo é uma corrente sociopolítica de essência pequeno-burguesa, cujos individualismo exagerado e subjetivismo traduzem a protestação da pequena burguesia contra o desenvolvimento da grande produção industrial que a acuava à ruína. É assim que os críticos marxistas autorizados apresentam o anarquismo. Os anarquistas, dizem ainda, entregam-se a uma negação abstrata do Estado e de toda centralização. O anarquismo repousa em sonhos utópicos que visam a criar uma sociedade sem classes e sem Estado, não graças à ação política da classe operária, mas por uma ação tão espontânea quanto aventureira das massas. Se, ocasionalmente, o anarquismo pôde desenvolver-se, isso se deve à falta de maturidade da classe operária e à sua inexperiência da luta.

Em suma, o anarquismo é uma teoria hostil ao proletariado, que em todos os tempos prejudicou o movimento operário internacional: 1.) Porque substitui o pensamento revolucionário pela frase dogmática; 2.) Porque substitui a verdadeira organização proletária pelo sectarismo; 3.) Porque substitui uma tática refletida com base num estudo lúcido dos fatores objetivos pelo aventureirismo; 4.) Porque substitui a análise científica das leis do desenvolvimento social por seus sonhos utópicos sobre a liberdade individual.

Marx e Engels, “fundadores e chefes incontestáveis” da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), conduziram uma luta vitoriosa contra todas as variantes do anarquismo e particularmente o bakuninismo.

As teorias de Bakunin representam, segundo os textos marxistas aos quais nos referimos, não os interesses do proletariado, mas aqueles do campesinato reacionário, ou aqueles dos pequenos comerciantes, ou ainda aqueles da *intelligentsia* radicalizada (advogados, jornalistas etc.), desorientados pela ascensão da luta de classes. Em suma, há para todos os gostos ou quase.

Felizmente, Marx e Engels estavam lá. Ao irrealismo, ao dogmatismo e às especulações dos anarquistas, eles opuseram uma análise concreta dos fatos, da experiência do movimento operário. Às frases revolucionárias eles opuseram o “socialismo científico”.

Eis, mal esquematizado, o essencial da argumentação dos marxistas contra o anarquismo. O alvo principal de Marx e Engels foi evidentemente Bakunin, seu contempo-

¹ Mestre pela Université Paris-Sorbonne, foi membro do extinto Centre de Sociologie Libertaire e, atualmente, é pesquisador autônomo do anarquismo e membro da Federação Anarquista (França).

râneo. Uma das principais censuras que eles fizeram ao revolucionário russo foi “o indiferentismo em matéria política”.

Em uma carta a Louis Pio, de 7 de março de 1872, Engels (1872a) diz, falando dos militantes bakuninianos: “Esses senhores reclamam a abstenção total de toda ação política, em particular a não participação em todas as eleições [...]” Marx (1870), por sua vez, crê resumir o ponto de vista de Bakunin, dizendo: “A classe operária não deve fazer *política*. Sua tarefa limita-se a organizar-se em sindicatos. Um belo dia, com a ajuda da Internacional, eles suplantarão todos os Estados existentes.” E Marx conclui: “Esse asno nem mesmo compreendeu que todo movimento de classe como tal é necessariamente um movimento político e sempre o foi.” Poder-se-ia multiplicar os textos dessa veia, nos quais abundam as reduções simplistas.

A posição de Bakunin relativa à ação política não se limita evidentemente ao que dela dizem Engels e Marx, ponto de vista que é aquele de inúmeros autores marxistas que parecem fundamentar-se sobre o que dizem os criadores do “socialismo científico” para economizar a leitura de Bakunin.

Tal parece ser o ponto de vista de Maximilien Rubel, que, contudo, esforça-se para apresentar Marx – dissociando-o de Engels – como um teórico do anarquismo. Na coletânea de seus artigos intitulada *Marx, critique du marxisme*, Rubel (1957, pp. 40, 57, 157, 430) endossa totalmente a imagem caricatural feita pelos sectários de Marx que jamais se deram o trabalho de ler Bakunin: ele é romântico e conspirador, animado de uma “paixão destruidora”, messianista antiocidental, partidário do “gesto individual de revolta”.

O fato de um autor como Rubel, cuja honestidade intelectual é reconhecida, versar no esquematismo mais vulgar quando se trata da ação política de Bakunin, é revelador da ignorância na qual se encontra sobre o grande revolucionário russo.

Bakunin e a política

De fato, sobre esta questão da ação política, é preciso distinguir duas coisas: 1.) A oportunidade de inscrever nos estatutos da AIT um programa político ou objetivos políticos quaisquer que sejam; 2.) O problema da ação política e da conquista do poder de uma maneira geral.

Um dos textos em que Bakunin expõe da maneira mais clara seu ponto de vista é *Escrito contra Marx* (2000a), de 1872. A Internacional, diz ele, não deve integrar em seu programa oficial e obrigatório as questões políticas e filosóficas. Referindo-se aos Considerandos do Congresso de Genebra, que estipulavam que “a emancipação econômica

dos trabalhadores é o grande objetivo ao qual deve estar subordinado todo movimento político”, Bakunin estima que esta frase decisiva “rompeu as correntes que mantinham acorrentado o proletariado à política burguesa”. A corrente marxista, ao contrário, considerava que a conquista do poder político era a condição prévia da emancipação econômica dos trabalhadores e que este ponto devia ser inscrito nos estatutos da AIT. Entre estas duas tendências, dizia Bakunin, “existe a mesma diferença, o mesmo abismo que entre o proletariado e a burguesia”.

Os democratas socialistas da Alemanha, preconizando uma estratégia eleitoralista, “prenderam o proletariado a reboque da burguesia”, pois esse movimento político só pode ser dirigido por burgueses ou, o que é ainda pior, por “operários transformados por sua ambição ou por sua vaidade em burgueses”. A classe operária tornar-se-á, assim, um instrumento cego na luta entre diferentes facções da burguesia pela conquista do poder.

Observai, diz Bakunin, o que se passa na Alemanha e na Suíça, lá onde prevalece o programa marxista: a Internacional “desceu a ponto de não ser mais do que uma espécie de urna eleitoral em proveito dos burgueses radicais”. “O burguês radical”, diz Marx (apud Rubel, 1957, p. 97), “aceita teoricamente a negação da propriedade fundiária privada que ele gostaria de transformar em propriedade da classe burguesa sob a forma da propriedade de Estado”.

Segundo Bakunin, a rejeição das questões políticas e filosóficas do programa oficial da AIT não implica que o papel da AIT reduza-se às reivindicações econômicas. Ao contrário, Bakunin afirma um princípio fundamental, aquele da mais absoluta liberdade da propaganda política e filosófica.

A Internacional não admite *censura*, nem *verdade oficial* em nome da qual se poderia exercer essa censura; ela não as admite porque nunca, até aqui, havia-se colocado como Igreja ou como Estado, e é precisamente porque não o fez, que ela pôde surpreender o mundo pela rapidez incrível de sua extensão e de seu desenvolvimento. (Bakunin, 2000a)

Ausência de programa oficial e obrigatório, liberdade dos debates políticos são, pois, as duas condições do desenvolvimento da AIT como organização de massa. “Ao eliminar de seu programa todos os princípios políticos e filosóficos, não como objetos de discussão e de estudo, mas como princípios obrigatórios, ele [o congresso de Genebra] fundou a força de nossa Associação.” (Bakunin, 2000a)

A organização proletária deve ser capaz “de trazer ao seu seio, abraçar e organizar a imensa maioria do proletariado de todos os países da Europa e da América”. Recrutamento de massa sobre um programa mínimo: Bakunin preconiza uma estratégia de unificação do proletariado internacional em uma organização única sobre a base do que une os trabalhadores, não daquilo que os divide. “Só um programa excessivamente geral, isto é, indeterminado e vago, pode consegui-lo, pois toda determinação em teoria corresponde fatalmente a uma exclusão, a uma eliminação na prática.” Com efeito, como esperar que os trabalhadores de todos os países, que se encontram em condições extremamente diferentes de cultura, de desenvolvimento econômico, possam “atrelar-se ao jugo de um programa político uniforme”? (Bakunin, 2000a)

Se se deve introduzir um programa político na AIT, ele só pode ter um único objetivo; caso contrário “haveria tantas Internacionais quanto há de programas diferentes”. Será preciso, portanto, impor um programa burocraticamente. Foi precisamente o que ocorreu no Congresso de Haia. “Visto que a unidade da ação política é reconhecida como necessária, não podendo esperar vê-la sair livremente do entendimento espontâneo das federações e das seções dos diferentes países, foi preciso impô-la.” (Bakunin, 2000a)

Bakunin retorna contra Marx e Engels as acusações de sectarismo que eles formularam contra ele. Desejando impor uma política e uma filosofia oficiais a uma organização de massa cuja função não podia ser *num primeiro tempo* senão o reagrupamento da maioria dos trabalhadores sobre a base da defesa de seus interesses materiais, foram Marx e Engels que reduziram a AIT ao estado de seita.

Entretanto, em nenhum momento Bakunin preconiza por princípio a ausência de ação política. Se ele se opõe a que a AIT tenha um programa político, uma filosofia oficial, é por razões táticas. Em vez de ressaltar a unidade *ideológica* da organização de massa dos trabalhadores, Bakunin insiste na unidade *organizacional*, condição de sua força numérica face ao inimigo de classe.

Pode-se dizer que em relação a isso, Marx tem um ponto de vista profundamente idealista, enquanto Bakunin, ao contrário, considera a ação revolucionária segundo uma dialética em três movimentos: 1.) O proletariado adquire a consciência de classe com a compreensão real e viva de seus males reais” (Bakunin, 2000b); 2.) Ele educa-se pela ação organizada contra o capital “que convence todos os operários da maneira mais arrebatadora e direta da necessidade de uma organização rigorosa para alcançar a vitória” (Bakunin, 2000c); 3.) Pela liberdade do debate político na organização e pela experiência das lutas, o proletariado construirá então “sua unidade real, econômica, de início, e, em seguida, ne-

cessariamente política”. (Bakunin, 2000a) É aí então que poderá constituir-se o que Bakunin denomina “a grande política da Internacional”, emanada não de uma cabeça isolada e sapiente, mas da ação coletiva dos trabalhadores de todos os países.

Contrariamente aos doutrinários doentes de unidade formal, a liberdade de ação e de pensamento no seio da Internacional não deve ser temida, pois a unidade real do proletariado não se encontra “nas idéias filosóficas e políticas de nossa época”, encontra-se nas condições materiais de existência dos trabalhadores. A unidade

encontra-se completamente dada pela solidariedade dos sofrimentos, dos interesses, das necessidades e das aspirações reais do proletariado do mundo inteiro. Essa solidariedade não pode ser criada, ela existe no fato; ela constitui a própria vida, a experiência cotidiana do mundo operário, e tudo o que resta a fazer é torná-la conhecida e ajudá-la a organizar-se conscientemente. (Bakunin, 2000a)

Desmentindo as acusações de radicalismo utópico, Bakunin expõe igualmente os *limites* de uma organização como a AIT. É um grande erro, diz ele, pedir de uma instituição mais do que ela pode dar. Indo além de seus limites, arrisca-se à desmoralização, à morte. O mesmo vale para a AIT que organizou o proletariado para a luta econômica. Todavia, diz Bakunin (2000a): “É uma razão para esperar que se poderá servir-se dela como de um instrumento para a luta política?” É o que Marx havia esperado e ele matou a galinha dos ovos de ouro.

Enquanto Marx queria transformar as federações da AIT em partidos nacionais para conduzir uma política eleitoral, introduzindo assim os germes de cisões na organização, Bakunin entendia conservar para essas federações o caráter unitário de organizações de luta econômica. Em um manuscrito citado por Max Nettlau e reproduzido na coletânea *Bakounine et la Liberté*, Bakunin expõe que a Internacional “prepara os elementos da organização revolucionária, mas ela não a realiza”. Ela organiza a luta pública e legal dos trabalhadores, faz a “propaganda teórica das idéias socialistas”, mas não vai além disso. A Internacional é um meio necessário e favorável a essa organização, “mas ela ainda não é essa organização”.

Enquanto esperam que os trabalhadores alcancem uma maturidade suficiente, os revolucionários devem organizar-se em núcleos “compostos dos membros mais seguros, mais devotados, mais inteligentes e mais enérgicos”. Esse núcleo de revolucionários tem evidentemente uma função *política*: ele deve impulsionar os trabalhadores à organização e não desempenhar o papel “de um engenheiro-chefe da revolução”.

Se as questões políticas e filosóficas não tivessem sido colocadas na Internacional, seria o próprio proletariado que as teria colocado. A aparente contradição entre a exclusão das questões políticas e filosóficas do programa da Internacional e a necessidade de discutir isso resolve-se pela liberdade. É a existência de uma teoria oficial que mataria, tornando-a absolutamente inútil, a discussão viva, isto é, o desenvolvimento do pensamento próprio ao movimento operário. (Bakunin, 2000d)

Em resumo, pode-se dizer que: 1.) Bakunin não se opõe ao princípio da ação política, ele opõe-se por razões táticas à imposição de um programa oficial e obrigatório na AIT; 2.) Bakunin ressalta a unidade e o desenvolvimento organizacional, deixando a cada federação e seção a liberdade de determinar suas opções políticas; 3.) A única condição obrigatória, “a lei suprema e por assim dizer única”, é a solidariedade de classe; 4.) Se essas três condições forem preenchidas, o desenvolvimento natural da luta de classes conduzirá necessariamente à elaboração de uma política geral da Associação.

Uma política “negativa”

Bakunin esforçar-se-á para demonstrar que a idéia segundo a qual o pensamento próprio ao movimento operário desenvolve-se com a experiência da luta não é um ponto de vista do espírito.

Se os trabalhadores aderem à AIT em primeiro lugar com um objetivo eminentemente prático, aquele da defesa de seus interesses materiais, por este simples fato eles situam-se “sob um duplo aspecto, numa situação muito decisivamente, mas também muito negativamente política”. Com efeito, a adesão dos trabalhadores à Internacional: 1º) Questiona a política internacional dos Estados bem como o fanatismo patriótico; 2º) Aumenta a separação das classes e coloca o proletariado fora do jogo político dos partidos do Estado. Esta é, diz Bakunin, “uma posição política completamente determinada”. Mas é uma posição política *negativa*, enquanto os democratas socialistas da Alemanha arrastam o proletariado para “uma cooperação *positiva* à política dos burgueses”. (Bakunin, 2000a)

Não é possível compreender essas duas noções sem fazer referência à formação hegeliana de Bakunin. “A contradição”, diz Hegel no livro 2 de sua grande *Lógica*, “é a raiz de todo movimento e de toda vida; é só quando uma coisa tem uma contradição em si mesma que ela tem um impulso e uma atividade”. A dialética hegeliana funda-se nessa noção de contradição. O primeiro termo da contradição é a afirmação ou princípio positivo, que é um elemento conservador e cuja própria existência suscita o elemento antagônico, o princípio

negativo. É ele o elemento ativo visto que ele estabelece a contradição, pois, diz Hegel: “Uma coisa só é viva se ela contém em si a contradição”.

Para os hegelianos de esquerda, o princípio negativo será o princípio revolucionário da contradição. A existência de um dos termos implica a existência do outro; eles não podem anular-se. A contradição dialética resolve-se pela superação dos dois termos e pela constituição de uma nova unidade, a negação da negação ou síntese.

Se tivéssemos de buscar um fundamento filosófico na oposição entre Bakunin e Marx, é aqui que ela se encontraria: na interpretação que fazem um e outro da síntese dialética, que é sensivelmente diferente. Mas este não é o objeto de análise.

A política positiva é aquela que participa do jogo das instituições do sistema dominante. É nisso que a “cooperação positiva à política dos burgueses” é uma traição dos interesses da classe operária. Essa política é definida como “a instituição e as relações mútuas dos Estados”. Ela tem por objeto “assegurar às classes governantes a exploração legal do proletariado”. Disso resulta que “a partir do momento que o proletariado quer emancipar-se, ele é forçado a levar em consideração a política, para combatê-la e derrotá-la”.

A destruição do Estado é também a destruição da política, é inclusive *o ato político supremo*, poder-se-ia dizer. A ação política revolucionária é a ação negativa (no sentido hegeliano), aquela que conduz à negação do político, realizada pela classe que é a negação da burguesia, o proletariado. “A Internacional, colocando portanto o proletariado fora da política dos Estados e do mundo burguês, constitui um mundo novo, o mundo do proletariado solidário de todos os países. Este mundo é o do futuro.” Desse novo mundo o proletariado é “o herdeiro legítimo, mas, ao mesmo tempo, o demolidor e o sepultador de todas as civilizações históricas, privilegiadas e, como tais, completamente esgotadas e condenadas a morrer”. (Bakunin, 2000a)

A ruptura de classe preconizada por Bakunin não está fundamentada nem sobre uma ação minoritária, sectária, nem sobre um ato “pandestruidor” e negativo no sentido “vulgar” como Marx simula crer: “Por sua própria natureza, as seitas formadas por esses iniciadores² são abstencionistas, estranhas a toda ação real, à política, às greves, às coalizões, em resumo, a todo movimento de conjunto”. (Marx; Engels, 1872) Ao contrário, Bakunin funda sua política negativa em bases extremamente “positivas”: 1.) A solidariedade material dos trabalhadores no plano internacional; 2.) A organização internacional dos corpos de ofícios

² Concerne àqueles que formaram seitas socialistas e que foram os precursores da organização do movimento operário.

em bases federalistas; 3.) O livre desenvolvimento das idéias filosóficas e políticas na Internacional.

Bakunin, portanto, não censura os marxistas e os lassallianos de fazerem política, censura-lhes por fazerem “a política positiva” (no sentido da dialética hegeliana), isto é, conservadora, burguesa, eleitoralista. Por sinal, Bakunin não tinha só o exemplo da social-democracia alemã sob os olhos pois alguns proudhonianos preconizavam a luta eleitoral para “conquistar os poderes públicos”. Tolain, um dos fundadores da AIT, e Langlois, após a Comuna de Paris, mostraram no que podia resultar o parlamentarismo operário.

Na crítica bakuniniana, contudo, Marx e Lassalle não podem ser confundidos, pois seria esquecer as críticas que Marx e Engels formularam contra o partido alemão. Bakunin às vezes atribuirá abusivamente a Marx posições tomadas pelos socialistas alemães, ou assimilará sem nuances os pontos de vista de Lassalle àqueles de Marx. Entretanto, o fundo do debate sobre a estratégia parlamentar permanece o mesmo, pois as críticas de Marx reduzem-se em definitivo a censurar os diferentes socialistas alemães por não aplicarem bem essa estratégia.

Ora, para Bakunin, a ação parlamentar é uma via de integração à sociedade burguesa mais do que uma via de contestação. Quem diz parlamentarismo diz alianças políticas, compromissos táticos e enfraquecimento da organização operária.

A teoria dos comunistas autoritários e do autoritarismo científico atrai e imobiliza seus partidários, a pretexto de tática, em compromissos incessantes com os governos e os diferentes partidos políticos burgueses, quer dizer, leva-os direto ao campo da reação. (Bakunin, 2000e)

Esta advertência é encontrada em toda a obra de Bakunin. Em um texto escrito três anos antes de sua morte, e que pode ser considerado como seu testamento político, Bakunin diz:

Tomando parte na luta dos partidos políticos sob as formas burguesas que ela reveste, o maior perigo que os trabalhadores correm é serem obrigados a abandonar seu programa e deixar-se capturar pela dialética vazia e puramente formal dos discursadores parlamentares. (Bakunin, 2000f)

Em uma carta de 5 de outubro de 1872, ao jornal *La Liberté*, de Bruxelas, Bakunin (2000g) menciona a influência da Revolução Francesa na concepção que os marxistas fazem-

se da revolução proletária. Ora, diz Bakunin, quando a burguesia derrubou a monarquia, ela partilhou com a nobreza decaída a “dominação e a exploração dos trabalhadores tanto das cidades como do campo”. No esquema marxista, o proletariado das cidades é chamado a “destronar a classe burguesa, a absorver e partilhar com ela a dominação e a exploração do proletariado do campo, este último pária da história”.

Chega-se rapidamente à idéia de um “pacto político” entre a burguesia radical e a minoria aburguesada do proletariado urbano. Tal é, diz Bakunin, o verdadeiro sentido das candidaturas operárias aos parlamentos dos Estados existentes e aquele da conquista do poder político pela classe operária.

É em uma nota a essa carta ao *Liberté* que a advertência de Bakunin contra as práticas eleitoralistas é mais atual. O sistema marxiano pensa que, encurtando o programa socialista para fazer com que os burgueses radicais o aceitem, será possível transformar estes últimos em servidores inconscientes da revolução.

Eis aí um grande erro; todas as experiências da história demonstram-nos que uma aliança concluída entre dois partidos diferentes volta-se sempre em proveito do partido mais retrógrado; esta aliança enfraquece necessariamente o partido mais avançado, diminuindo, deformando seu programa, destruindo sua força moral, sua confiança em si mesmo. (Bakunin, 2000g)

Dos anos 30 aos anos 70 do século XIX – em suma, do hegelianismo de esquerda ao socialismo – a sociedade capitalista e o movimento operário sofreram uma profunda mutação. A fase do capitalismo descrita por Marx em *O Manifesto Comunista*, escrito em 1848, é aquela da acumulação primitiva, e caracteriza-se por uma destruição extremamente violenta do antigo modo de produção fundado no artesanato e na manufatura. O caráter apocalíptico dos textos socialistas da época reflete o horror ante esse fenômeno monstruoso do qual todo mundo, inclusive Bakunin, predizia o desaparecimento iminente.

A partir dos anos 1850 essa fase do capitalismo atenua-se. O proletariado adapta-se e organiza-se para tornar-se, a partir do esmagamento da Comuna de Paris, uma força que apavora a burguesia; mas ao mesmo tempo, ele acaba por esperar obter o máximo de vantagens pela participação no jogo político burguês. O que fará Engels (1895) dizer, em sua Introdução de *As Lutas de Classes na França*: “A ironia do destino põe tudo de ponta-cabeça. Nós, os ‘revolucionários’, os ‘subversivos’, prosperamos muito mais pelos meios legais do que pelos meios ilegais e pela subversão.”

Por que se privar de utilizar os meios dos quais dispomos se eles podem permitir ao movimento operário avançar? Comentando as eleições políticas de 1877, Engels (1877) declara: “É uma boa coisa cometer de três em três anos o pecado mortal de ir votar.” Fazendo o mesmo balanço para o *Labor Standard* de Nova York, Engels (1878) dirá que “as pessoas começaram a perguntar a si mesmas e entre elas por que, em virtude de um estúpido dogmatismo, elas deveriam renunciar a empregar os verdadeiros meios de ação que provaram ser os mais eficazes de todos”.

A experiência histórica de um século de parlamentarismo operário ajuda-nos a constatar as ilusões de Engels (1877) quando ele expõe que “ao menos a metade, se não mais” dos eleitores de esquerda passou dois ou três anos no serviço militar e sabe muito bem manejar o fuzil e o canhão. Mais alguns anos, acrescenta Engels, e “os três quartos do exército de guerra estarão conosco, o que permitirá desorganizar totalmente o sistema oficial e tornar impossível toda guerra ofensiva”.

Bakunin, Marx, Engels, o Estado

Em última análise, as divergências entre Bakunin e Marx repousam sobre uma oposição fundamental sobre a natureza do Estado, e é essa oposição que fornece a chave do debate. No prefácio de 1870 de *A Guerra dos Camponeses na Alemanha*, Engels (1850) diz uma coisa curiosa: na Alemanha o capitalismo desde 1848 desenvolveu-se de maneira fantástica. Ora, “como é possível que essa burguesia não tenha também conquistado o poder político e conduza-se de um modo tão covarde em relação ao governo?” Bakunin fizera a mesma constatação:

A Alemanha, desde 1830, apresentou-nos e continua a apresentar-nos o estranho quadro de um país onde os interesses da burguesia predominam, mas onde a força política não pertence à burguesia, mas à monarquia absoluta, sob uma máscara de constitucionalismo...
(Bakunin, 2000h)

Na Inglaterra, onde o capitalismo desenvolveu-se há muito mais tempo, a burguesia, diz ainda Engels, “não pôde fazer entrar no governo seu representante, Bright, senão por intermédio de uma extensão do direito eleitoral, que a seguir (crê Engels) deverá pôr fim a toda dominação burguesa”. Na França, enfim: “A burguesia como tal – classe em geral – só teve o poder em suas mãos por dois anos sob a república, em 1849 e 1850, e só pôde prolongar sua existência cedendo o poder político a Luís Bonaparte” E Engels conclui que a

burguesia, no transcurso de seu desenvolvimento, chega a um momento a partir do qual “todo aumento ulterior de seus meios de dominação, a saber, em primeiro lugar seus capitais, só faz contribuir a torná-la cada vez mais inapta ao exercício do poder político”.

Em suma, a classe dominante não detém diretamente o poder político. Marx e Engels decerto explicaram esse fenômeno: há períodos em que as classes em luta parecem equilibrar-se e, em consequência, o poder de Estado adquire uma certa independência. É o que eles chamam de bonapartismo.

Em *O Manifesto Comunista*, o Estado é definido de maneira bem diferente. Ali se aprende que “a burguesia conseguiu conquistar à força o poder político exclusivo no Estado representativo moderno”, e que “o governo moderno é só um comitê que gere os interesses comuns de toda a classe burguesa”. (Marx; Engels, 1848) Engels (1872b) confirma essa definição em uma carta a Theodor Cuno. Nela ele critica (erroneamente, por sinal) Bakunin por não partilhar a opinião segundo a qual “o poder de Estado não é nada além da organização que as classes dominantes, proprietários fundiários e capitalistas, deram-se para preservar seus privilégios”.

Podemos conceber que episodicamente, “por exceção”, como diz Engels, a classe dominante abdica momentaneamente seu controle. Mas nos indicam que a burguesia, tanto na Inglaterra como na França, quase não deteve o poder (dois anos na França), e na Alemanha absolutamente nada; e que, por outro lado, essa burguesia é uma classe declinante, idéia que é expressada em muitas ocasiões.

A exclusão da burguesia do exercício do poder político em seu próprio proveito não é, pois, um fenômeno circunstancial. É uma constante do capitalismo.

Segundo os textos de Marx e Engels aos quais nos referimos, o Estado aparece como um simples aparelho de repressão a serviço da classe dominante, ou como uma estrutura tendo sua lógica própria e que tende a autonomizar-se. Entretanto, o ponto de vista de Marx e Engels sobre o Estado não pode limitar-se a reduções simplistas (salvo quando eles polemizam com Bakunin).

O Estado constitui-se independentemente das classes sociais e da luta de classes (Engels, 1877), fora dos determinismos que resultam na formação das classes. O Estado resulta dos estilhaçamentos internos da sociedade (Marx; Engels, 1845-46). Fora do fator econômico (apropriação dos meios de produção), há o fator político (monopólio de gestão dos interesses comuns) que é o elemento motor da constituição do Estado. Como a vida social complica-se, a sociedade “encontra-se cada vez mais incapaz de abster-se dele” (Engels, 1877) e, enfim, o Estado adquire uma relativa autonomia em relação à sociedade. Não é a

classe “economicamente dominante” que cria o Estado. O Estado é “emanado da sociedade”. Ele não é só um instrumento de repressão, também é um instrumento de mediação e gestão.

De fato, um leitor de Marx que tivesse permanecido no conteúdo do *Manifesto* – que não contém nenhuma análise real da noção de Estado – teria sido incapaz de compreender três anos depois o advento de Luís Napoleão Bonaparte. Em *O 18 Brumário* Marx vai elaborar a idéia de autonomização relativa do Estado, e retomará a idéia que ele havia emitido em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*: o Estado é a propriedade privada da burocracia. (Cf. Marx, 1851-52; 1843-44)

Após ter muito esquematicamente estabelecido que a teoria do Estado entre os fundadores do socialismo “científico” não podia ser esquematizada, podemos surpreender-nos com as zombarias simplistas de Engels contra Bakunin:

Bakunin crê que foi o Estado que criou o capital e que o capitalista só possui seu capital graças ao Estado. Porquanto o mal principal é o Estado, pensa ele, é preciso suprimi-lo em primeiro lugar; em seguida, o capital desaparecerá por si só... (Engels, 1872b)

Inicialmente, Bakunin nunca foi tão esquemático. Em seguida, o próprio Engels, quando não zomba de seus adversários, chega a conclusões extremamente próximas:

Para a defesa dos interesses comuns, a sociedade criou, originariamente por simples divisão do trabalho, seus órgãos próprios. Mas estes organismos, cuja cúpula é constituída pelo poder de Estado, com o tempo puseram-se a serviço de seus próprios interesses, e, de servidores da sociedade, tornam-se os senhores. (Engels, 1891)

O Estado não é mais simplesmente, como o define *A Ideologia Alemã*, “a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns”. (Marx; Engels, 1845-46) É a sociedade inteira, todas as classes sociais que se aliam em uma força que lhes é exterior e que se autonomiza em relação à sociedade. A política não se reduz a uma simples correspondência subordinada ao econômico.

Se, como simultaneamente o constataram Bakunin, Marx e Engels, há uma distorção entre as forças econômicas reais da sociedade e a esfera política, há, pois, uma força motriz que não se reduz ao econômico. Uma classe social pode assim dar-se um governo que não corresponde à sua realidade econômica, como o mostra a eleição de Luís Napoleão Bonaparte.

Vejam agora o ponto de vista bakuniniano. Na carta a Theodor Cuno aqui citada, Engels (1872b) diz: “Dizemos, ao contrário: suprimi o capital, a concentração dos meios de produção nas mãos de uma minoria, e o Estado cairá por si só.”

Bakunin (2000a), com o apoio da experiência histórica, constata, ao contrário, que: “O jugo do Estado prevaleceu contra todas as revoltas populares.” Todas tentativas de modificação das relações de produção chocar-se-á contra a força estatista ou contra a lógica do Estado se tivermos a ingenuidade de desejar transformar a infra-estrutura econômica assumindo o controle do Estado.

A destruição do Estado não pode resultar de uma simples modificação das relações de produção; ela não pode ocorrer senão por um ataque frontal. Neste sentido, os anarquistas mostram-se mais políticos do que os marxistas.

O Estado, diz Bakunin (2000a), chegou a uma dupla resultante: a subjugação forçada das massas; a servidão interessada e, por conseqüência, mais ou menos voluntária das classes privilegiadas. Até aqui as revoluções não foram senão “a luta dessas classes entre si para desfrute exclusivo dos privilégios garantidos pelo Estado, pela luta para a dominação e a exploração das massas”. Força exterior à sociedade civil, o Estado é, pois, uma estrutura na qual se alienam todas as classes da sociedade e que é movida por uma lógica própria que a leva a autonomizar-se. No entanto, Bakunin defende-se das deformações simplistas e polêmicas que deram de suas concepções.

Sei muito bem que os sociólogos da escola do Sr. Marx, tais como o Sr. Engels, vivo, ou como o finado Lassalle, por exemplo, objetar-me-ão que o Estado não foi a causa dessa miséria, dessa degradação e dessa servidão das massas; que a situação miserável das massas, assim como o poder despótico do Estado, foram, ao contrário, um e outra, os efeitos de uma causa mais geral, os produtos de uma fase inevitável no desenvolvimento econômico da sociedade [...]. Materialistas e deterministas, como o próprio Sr. Marx, nós também reconhecemos o encadeamento fatal dos fatos econômicos e políticos na história. (Bakunin, 2000a)

Em sua teoria do Estado, Marx e Engels não irão, contudo, mais longe do que o reconhecimento da autonomização relativa do Estado. Bakunin irá mais longe. Considerando como aceitáveis – embora permanecendo crítico – os trabalhos econômicos de Marx, pode-se dizer que Bakunin começa a análise do Estado lá onde Marx detém-se.

Desmentindo as insinuações concernentes a seu desprezo pelos problemas econômicos, Bakunin funda em *Estatismo e Anarquia* sua teoria do Estado moderno sobre a

análise do nível de desenvolvimento do capitalismo. (Bakunin, 2000e) O capital industrial e o capital bancário necessitam para desenvolver-se das grandes centralizações estatistas “que, só elas, são capazes de submeter à sua exploração os milhões e milhões de proletários da massa popular”.

O capitalismo desenvolvido acomoda-se perfeitamente à democracia representativa, pois essa “estrutura moderna do Estado” reúne duas condições prévias necessárias: 1.) A centralização estatista; 2.) A sujeição do povo a um sistema que lhe dá a ilusão de representá-lo. A indústria capitalista e a especulação bancária – a segunda acabando por absorver a primeira – “devem ampliar incessantemente seu campo de atividade em detrimento da pequena especulação e da pequena indústria condenadas a ser devoradas por elas.” O Estado moderno segue uma mesma dialética rumo à extensão de seu campo e o reforço de seu poder. Ele traz em si “a irresistível aspiração a tornar-se um Estado universal”.

Essa tendência é reforçada pela decomposição interna do mundo burguês e pela ascensão do proletariado. A guerra de 1870 pôs em relevo “o medo ignominioso e a traição generalizada da parte média da classe burguesa, que prefere mil vezes submeter-se aos prussianos a confiar armas ao proletariado.” A insurreição da Comuna de Paris tendo proclamado a “ruptura da unidade estatista da França”, levou à sua repressão feroz, de início, depois através de toda a Europa, a um reforço do poder de Estado, da “ordem estatista, jurídica, metafísica, teológica e militar-policial, considerado como o último bastião que protege atualmente o precioso privilégio da exploração econômica”.

O fosso entre o mundo burguês e o mundo operário aumentou, isto é, o antagonismo das classes, mas o combate final se situará, na realidade, entre classe operária e Estado, “último bastião” do capitalismo sem a proteção do qual a burguesia é impotente. O Estado não é um órgão reacionário porque é a burguesia que o dirige, ele o é por sua própria constituição: o Estado é a organização de classe da burguesia. “Assim, de um lado o Estado, do outro a revolução social, tais são os dois pólos cujo antagonismo forma a própria essência da vida social atual sobre todo o continente europeu.”

Na medida em que se considera o Estado antes de tudo como uma superestrutura, como uma superestrutura relativamente “neutra” quanto a seu conteúdo de classe, e podendo ser utilizado indistintamente por qualquer classe, concebe-se a estratégia política do marxismo. Para Bakunin, ao contrário, o Estado não é uma instância neutra, ele tem um caráter de classe preciso: é a organização de classe da burguesia.

A palavra de ordem de destruição do Estado não procede de uma afirmação abstrata de prioridade dos determinismos políticos sobre os determinismos econômicos. Bakunin

pensa esses determinismos precisamente de uma maneira dialética, isto é, em inter-relação constante. A palavra de ordem de destruição do Estado procede da análise deste como guardião e gestor dos meios de produção da sociedade burguesa: funções simultaneamente políticas e econômicas, inseparavelmente.

Marx havia entrevisto o fenômeno de concentração total do poder econômico e político nas mãos do Estado. Em *O Capital*, Livro III, 6ª seção, ele evoca a hipótese segundo a qual os “produtores diretos” têm de afrontar não proprietários particulares mas o Estado, que é “*simultaneamente proprietário e soberano*” (ressaltado por mim). “Aqui”, diz Marx, “é o Estado que é o proprietário soberano, e a soberania não é, ela própria, senão a concentração da propriedade fundiária em escala nacional.” Infelizmente, este caso só é abordado de passagem, e refere-se às formas econômicas primitivas, “como é o caso na Ásia”, não à sociedade moderna. (Marx, 1867)

A sociologia política de Bakunin projeta o problema do “capitalismo de Estado” de modo muito mais explícito, como uma forma possível de desenvolvimento da sociedade capitalista. Em suas *Cartas aos Internacionais do Jura*, ele diz, com efeito:

O Estado sempre foi o patrimônio de uma classe privilegiada qualquer: classe sacerdotal, classe nobiliária, classe burguesa... classe burocrática ao final, quando, todas as outras classes tendo se esgotado, o Estado cai ou se eleva, como se quiser, à condição de máquina... (Bakunin, 2000h)

Em *Escrito contra Marx*, Bakunin diz-nos que a base social da burocracia, esta “quarta classe governamental” que é chamada a suceder à burguesia, não inevitavelmente, mas “se não se puser ordem”, é constituída pela

camada superior, a mais civilizada e a mais abastada do mundo operário, essa camada de operários quase burgueses da qual eles [os marxistas] querem precisamente se servir para constituir sua quarta classe governamental, e que é de fato capaz de formar uma, se não se puser ordem no interesse da grande massa do proletariado. (Bakunin, 2000a)

Bakunin chega a essa conclusão pela análise da sociedade contemporânea, mas também por uma reflexão sobre a evolução das classes sociais na história. Sua teoria da classe sacerdotal da Idade Média desenvolvida em *Três Conferências feitas aos Operários do Vale de Saint-Imier* merece ser mencionada pois fornece uma luz inesperada sobre o problema da

burocracia soviética. Com efeito, tem-se aí um precedente histórico apresentando inúmeras analogias com a burocracia soviética: uma classe dominante sem títulos individuais de propriedade mas possuindo de modo oligárquico os meios de produção, governando por um aparelho centralizado cuja estrutura é estritamente hierarquizada e que se reproduz por absorção das elites da sociedade. (Bakunin, 2000g) Quanto à classe burocrática moderna, Bakunin via nela as premissas na teoria de Marx e Engels.

Definitivamente, é Engels (1877) quem aparece como um ingênuo utopista quando diz, em *Anti-Dühring*, que o primeiro ato pelo qual o Estado surge realmente – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo “seu último ato como Estado”, pois este primeiro ato é justamente aquele pelo qual o Estado torna-se totalmente independente. No sistema marxista, diz Bakunin:

Não haverá, portanto, mais nenhuma classe, mas um governo, e, observai-o bem, um governo excessivamente complicado, que não se contentará em governar e administrar as massas politicamente, como o fazem hoje todos os governos, mas que ainda as administrará economicamente, concentrando, em suas mãos, a produção e a *justa* repartição das riquezas, a cultura da terra, o estabelecimento e o desenvolvimento das fábricas, a organização e a direção do comércio, enfim, a aplicação do capital à produção pelo único banqueiro, o Estado. [...] Haverá uma nova classe, uma nova hierarquia de doutos reais e fictícios, e o mundo se dividirá em uma minoria dominando em nome da ciência, e uma imensa maioria ignorante. (Bakunin, 2000a)

Este excerto de Bakunin amiúde citado é habitualmente acompanhado do epíteto “profético”. Não há nada de “profético”, pois o termo dá a entender que seu autor teria tido, de passagem e por acaso, uma inspiração tão súbita quanto misteriosa. Ora, a opinião de Bakunin fundamenta-se, ao contrário, em elementos bem concretos: um profundo conhecimento da história, da sociedade contemporânea e dos homens.

É surpreendente que com os instrumentos teóricos que eles haviam elaborado – em particular a teoria da concentração do capital – Marx e Engels não tivessem pensado que a estatização total dos meios de produção constituía justamente o estágio supremo da concentração do capital, não o começo da dissolução do Estado.

Marx e Engels dispunham de todos os elementos necessários para chegar a uma teoria conseqüente do Estado. A evidente má-fé de suas críticas contra Bakunin relativas a este assunto – atestada pelo fato de que, quando não polemizavam, eles às vezes tinham pontos de vista próximos daqueles de Bakunin – e sobretudo a cólera que eles demonstraram

em relação a seu adversário, levam a pensar que eles temiam antes de tudo que as teses de Bakunin não aparecessem demasiado convincentes aos olhos dos trabalhadores. Eles temiam, sobretudo, que as conclusões de uma teoria conseqüente do Estado impusessem-se de forma por demais evidente: rejeição do eleitoralismo, rejeição da estratégia de tomada do poder de Estado.

A questão dos determinismos

A concentração da autoridade política e do poder econômico em uma instância que se substitui à classe operária não pode resultar em uma transformação revolucionária da sociedade: isso equivale, ao contrário, a criar uma força reacionária hostil a toda inovação social. Bakunin não nega, contrariamente ao que Marx e Engels quiseram imputar-lhe, que o fundamento real da sociedade encontra-se em sua organização socioeconômica, idéia que Marx não inventou.

Muitas vezes Bakunin confirma sua adesão a esse princípio. Marx, reconhece Bakunin (2000e) em *Estatismo e Anarquia*, “expressiu e demonstrou essa verdade indubitável” que o fator econômico precede sempre o direito jurídico e político. Marx, como pensador, está na boa via, diz ele uma vez mais na carta *Aos irmãos da Aliança na Espanha*:

Ele estabeleceu como princípio que todas as evoluções políticas, religiosas e jurídicas na história são, não as causas, mas os efeitos das evoluções econômicas. É uma grande e fecunda idéia que ele não inventou absolutamente, ela foi entrevista, em parte exprimida, por muitos outros além dele... (Bakunin, 2000i)

Entretanto, a escola marxista tomou como base de suas teorias um princípio “que é fundamentalmente verdadeiro quando se o considera sob seu real aspecto, isto é, de um ponto de vista relativo”, mas que se torna completamente falso quando se faz dele o único fundamento de todos os outros princípios. (Bakunin, 2000j) Com efeito, Marx desconhece um fato importante: se as representações humanas, individuais ou coletivas, são apenas os produtos de fatos reais (“tanto materiais como sociais”), elas acabam por modificar, por sua vez, “as relações dos homens na sociedade”. (Bakunin, 2000k) Se o temperamento de cada povo é determinado por um monte de causas etnográficas, climáticas, econômicas, históricas, esse temperamento, uma vez determinado, pode então exercer “fora e independentemente das condições econômicas de cada país, uma influência considerável sobre seus destinos e, inclusive, sobre o desenvolvimento de suas forças econômicas. (Bakunin, 2000g)

O Estado político de todo país, diz ele, é sempre o produto e a expressão fiel de sua situação econômica; para mudar o primeiro, basta transformar esta última. Todo o segredo das evoluções históricas, segundo o Sr. Marx, está aí. Ele não leva em consideração nenhum outro elemento da história, tal como a reação, todavia evidente, das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação econômica. Ele diz: “A miséria produz a escravidão política, o Estado”; mas não permite inverter esta frase e dizer: “A escravidão política, o Estado, por sua vez, reproduz e conserva a miséria, como uma condição de sua existência; assim, para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado”. (Bakunin, 2000g)

Se fizermos sua a interpretação muito geralmente admitida do marxismo ainda hoje (exclusividade do determinismo econômico), o anarquismo aparece como uma teoria que delimita de modo mais completo e preciso a noção do Estado. Se admitirmos, como um estudo mais aprofundado dos textos mostra-o, e como uma autocrítica de Engels ao final de sua vida prova-o – um marxismo mais próximo do anarquismo sobre a natureza do Estado – podemos censurá-lo por não extrair dela as conclusões políticas: o Estado não pode em nenhum caso ser um instrumento de emancipação da classe operária. Ora, não se pode censurar os fundadores do socialismo “científico” por não terem compreendido o objeto do debate.

Com efeito, Engels diz:

Como a Internacional de Bakunin não deve ser feita para a luta política, mas para poder, na liquidação social, substituir de imediato a antiga organização do Estado, ela deve aproximar-se o máximo possível do ideal bakuninista da sociedade futura. (Engels, 1872b)

Este excerto é importante pois ele mostra que, para além das deformações polêmicas, Engels – e supomos que Marx também – havia compreendido o fundamento do pensamento de Bakunin, e que eles rejeitavam-no em conhecimento de causa. Pois Engels diz o seguinte: 1.) A organização revolucionária dos trabalhadores, segundo Bakunin, deve ser constituída de acordo com um modo de organização o mais próximo possível daquele da sociedade que os trabalhadores querem edificar; 2.) Pois, assim, os trabalhadores poderão sem transição instalar sua própria organização da sociedade. Em suma, a organização de classe dos trabalhadores, que é seu instrumento de combate sob o capitalismo, constitui igualmente o modelo da organização política da sociedade após a revolução e é o que significa a expressão: destruição do Estado, um perfeito ato político. Essa organização de classe reagrupa os indivíduos como

trabalhadores, em seus locais de trabalho, por um lado, e em uma estrutura interprofissional em nível de sua localidade, por outro. Essa dupla estrutura, vertical e horizontal, desenvolve-se sobre um modelo federativo até ao nível nacional e internacional.

Enquanto a burguesia, classe dominada sob o Antigo Regime, começou a desenvolver as raízes econômicas do capitalismo desde a época feudal, porquanto ela detinha os meios de produção, o proletariado, sob o regime capitalista, não pode desenvolver qualquer raiz econômica sobre a qual possa apoiar-se. As únicas vantagens das quais dispõe são sua consciência de classe, sua combatividade e sua organização.

A base objetiva do socialismo sob o regime capitalista é a *organização* da classe operária, e é essa organização que se substituirá ao Estado. Essa organização é, pois, antinômica com o sistema dos partidos políticos, visto que estes últimos visam a *tomar* o poder de Estado.

Conclusão

Existe na teoria marxista do Estado um “parêntese” constituído pelo livro de Marx sobre a Comuna de Paris (*A Guerra Civil na França*). (Marx, 1871) A Comuna, cujo programa federalista é uma afronta às teses de Marx, torna-se, nessa empresa de recuperação que é *A Guerra Civil na França*, “a forma enfim encontrada sob a qual era possível realizar a emancipação do trabalho”. “Eis a ditadura do proletariado”, dirá igualmente Engels em um prefácio de 1891 à *Guerra Civil*, o que não o impede, *no mesmo ano*, em sua crítica ao programa de Erfurt, de dizer que a república democrática parlamentar era igualmente “a forma específica da ditadura do proletariado”. (Cf. Engels, 1891a, 1891b)

Este livro de Marx será abundantemente utilizado pelos propagandistas marxistas para apresentar às massas uma teoria do Estado e da ditadura do proletariado sob cores fortemente libertárias, “esquecendo” outros livros de Marx nos quais o poder é apresentado sob a forma de uma república jacobina (Marx; Engels, 1848) ou sob a forma de uma ditadura ultracentralizada sem representação popular (Marx, 1851-52, 1850).

Bakunin fará justiça a esse “parêntese” quase libertário dizendo que *A Guerra Civil na França* é um “travestismo bufão” por Marx de seu próprio pensamento.

Alguns autores hoje buscam redourar o brasão do marxismo fazendo Marx passar por um teórico do anarquismo. Maximilien Rubel, argüindo que Marx previra um *livro sobre o Estado*, e lamentando várias vezes que ele não teve tempo para escrevê-lo, afirma que ele não teria deixado de conter “a teoria da sociedade liberada do Estado”. Outros autores, ou às vezes

os mesmos, querem afastar o marxismo de sua caricatura stalinista e insistem nos textos nos quais Marx faz-se o apóstolo da abolição do Estado:

Todos os socialistas entendem por anarquia o seguinte: o objetivo do movimento proletário, a abolição das classes, uma vez alcançado, o poder do Estado [...] desaparece e as funções governamentais transformam-se em simples funções administrativas. (Marx; Engels, 1872)

Mas é provavelmente Engels quem resume mais claramente o alcance real que os marxistas dão à palavra de ordem da abolição do Estado: “No que concerne à abolição do Estado, esta é uma velha frase filosófica alemã da qual nos servimos muito quando éramos jovens inexperientes e arrogantes.” (Engels, 1871). Engels, o “tresloucado”.

Referências bibliográficas³

BAKUNIN, Mikhail. “Écrit contre Marx”, 1872. In: *Ouvres Completes*, IIHS de Amsterdã, 2000a.

_____. “Protestation de l’Alliance”, 1871. In: *Ouvres Completes*, IIHS de Amsterdã, 2000b.

_____. “L’Alliance Universelle de la Démocratie Sociale. Section russe. A la jeunesse russe.”, 1870. In: *Ouvres Completes*, IIHS de Amsterdã, 2000c.

_____. “La Politique de l’Internationale”, 1869. In: *Ouvres Completes*, IIHS de Amsterdã, 2000d.

_____. “Etatisme et Anarchie”, 1873. In: *Ouvres Completes*, IIHS de Amsterdã, 2000e.

_____. “Où Aller et que Faire ?”, 1873. In: *Ouvres Completes*, IIHS de Amsterdã, 2000f.

_____. “Lettre au Jornal ‘La Liberté’ de Bruxelles”, 1872. In: *Ouvres Completes*, IIHS de Amsterdã, 2000g.

³ O texto original não apresenta as referências bibliográficas completas dos textos. Buscando solucionar esse problema, restabelecemos as referências de Bakunin com base em suas obras completas em francês, e as referências de Marx e Engels com base no Marxist Internet Archive, priorizando as traduções em português. (N.E)

_____. “Trois Conférences Faites aux Ouvriers du val de Saint-Imier”, 1871. In: *Ouvres Completes*, IHS de Amsterdã, 2000g.

_____. “Aux Compagnons de l'Association Internationale des Travailleurs de Locle et de la Chaux-de-Fonds”, 1869. In: *Ouvres Completes*, IHS de Amsterdã, 2000h.

_____. “Aux Frères de l'Alliance en Espagne”, 1872. In: *Ouvres Completes*, IHS de Amsterdã, 2000i.

_____. “L'Empire Knouto-Germanique et la Révolution Sociale”, 1871. In: *Ouvres Completes*, IHS de Amsterdã, 2000j.

_____. “Dieu et l'État”, 1871. In: *Ouvres Completes*, IHS de Amsterdã, 2000k.

ENGELS, Friedrich. “Carta a Louis Pio, 7/3/1872”. In: Marxist Internet Archive, 1872a. [<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1872/letters/>]

_____. “Carta a Theodor Cuno, 24/1/1872”. In: Marxist Internet Archive, 1872b. [<http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/01/24.htm>]

_____. “The Peasant War in Germany”. In: Marxist Internet Archive, 1850. [<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1850/peasant-war-germany/index.htm>]

_____. “To the Working Men of Europe”. In: Marxist Internet Archive, 1878. [<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1878/03/03.htm>]

_____. “Carta a La Plèbe, 26/2/1877”. In: Marxist Internet Archive, 1877. [http://www.marxists.org/francais/marx/works/00/sda/sda_1_5.htm]

_____. “Introduction to Karl Marx's *The Class Struggles in France*”. In: Marxist Internet Archive, 1895. [<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1895/03/06.htm>]

_____. “Anti-Dühring”. In: Marxist Internet Archive, 1877. [<https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>]

_____. “Introdução à Guerra Civil em França, de Karl Marx”. In: Marxist Internet Archive, 1891a. [<http://www.marxists.org/portugues/marx/1891/03/18.htm>]

_____. “A Critique of the Draft Social-Democratic Program of 1891”. In: Marxist Internet Archive, 1891b. [<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1891/06/29.htm>]

_____. “Carta a Carlo Cafiero, 1/7/1871”. In: Marxist Internet Archive, 1871. [<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/letters/>]

MARX, Karl. “Carta a Lafargue, 19/4/1870”. In: Marxist Internet Archive, 1870. [http://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/letters/70_04_19.htm]

_____. “O 18 Brumário de Louis Bonaparte”. In: Marxist Internet Archive, 1851-52. [http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm]

_____. “A Guerra Civil em França”. In: Marxist Internet Archive, 1871. [http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/index.htm]

_____. “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. In: Marxist Internet Archive, 1843-44. [http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/index.htm]

_____. “As Lutas de Classe em França”. In: Marxist Internet Archive, 1850. [http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/index.htm]

_____. “O Capital”. In: Marxist Internet Archive, 1867. [http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/index.htm]

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Manifesto do Partido Comunista”. In: Marxist Internet Archive, 1848. [http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm]

_____. “As Pretensas Cisões na Internacional”. In: Marxist Internet Archive, 1872. [http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/cisoes/index.htm]

_____. “A Ideologia Alemã [The German Ideology]”. In: Marxist Internet Archive, 1845-46. [http://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/german-ideology/index.htm]

RUBEL, Maximilien. *Marx Critique du Marxisme: essais*. Paris: Payot, 1957.

*** Texto publicado originalmente no livro *Marxismo e Anarquismo*, de René Berthier e Éric Vilain, publicado pela editora Imaginário em 2011. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. Agradecemos ao tradutor/editor por permitir a reprodução do texto.**